

Se houve possibilidade de reabrir o Hospital mais cedo do que o Modular a opção do governo “é de enorme gravidade”

A ausência de dados concretos que contrariem as graves revelações de António Vasco Viveiros, ex-administrador do Hospital de Ponta Delgada (HDES), deixam a secretária regional da Saúde numa situação insustentável. “Se houve possibilidade de reabrir mais cedo todo o hospital de Ponta Delgada a decisão de não o fazer é de enorme gravidade”, quer pelos custos financeiros, mas acima de tudo pelo dano que causou na saúde das pessoas, afirmou hoje António Lima.

O deputado do Bloco acusou o governo de estar a esconder os dados relativos às listas de espera nos últimos quatro meses, e destaca os maus resultados dos últimos dados públicos, de setembro de 2024: quebra de 54% nas cirurgias programadas no hospital de Ponta Delgada e de 33% no Serviço Regional de Saúde, e aumento do tempo médio em lista de espera cirúrgica de 13% no HDES e no SRS.

O Bloco considera fundamental que sejam conhecidos imediatamente todos os documentos que sustentaram a opção do governo pela instalação do hospital modular. “As comissões de inquérito terão a sua utilidade”, mas não se pode ficar 4 ou 6 meses à espera das conclusões de uma comissão de inquérito.

Por isso o Bloco já solicitou ao governo o acesso aos relatórios do Serviço de Instalações e Equipamentos do HDES – que segundo o ex-administrador apontavam a possibilidade de reabertura total do edifício principal do hospital em agosto de 2024 –, os relatórios das análises à qualidade do ar nas salas do bloco operatório – que foram utilizadas pelo governo como argumento para não reabrir, mas que de acordo com o ex-administrador mostram que a qualidade até tinha melhorado depois da substituição dos filtros após o incêndio – e também todos os documentos técnicos que contribuíram para a tomada de decisão de avançar para o hospital modular.

António Lima salienta que até hoje, o governo nunca revelou qualquer relatório com a lista com os danos concretos provocados pelo incêndio em cada um dos serviços. O ex-administrador do HDES ouvido no parlamento a semana passada afirmou que existem relatórios que indicam que danos existentes e que referem que era possível reabrir o hospital em agosto.

O deputado do Bloco responsabiliza também os governos do PS pela falta de investimento no Serviço Regional de Saúde, mas lembra que o governo da coligação PSD, CDS e PPM já está a governar desde 2020.

“Se foi possível em nove meses instalar todo o equipamento moderno no hospital modular, porque é que, em 4 anos, não foi possível fazer este investimento no hospital de Ponta Delgada, de Angra ou da Horta?”, questionou António Lima.

O deputado salientou que não consegue olhar para o incêndio no HDES como uma oportunidade de financiamento por parte da República: o incêndio “foi um desastre com danos muitos graves para os profissionais de saúde e para a saúde das pessoas”.

António Lima afirmou que qualquer altura é uma oportunidade para investir no Serviço Regional de Saúde e que o PRR foi, de facto, uma oportunidade perdida para fazer um grande investimento no setor.



| Representação Parlamentar |



Sobre a acumulação de funções da presidente do Conselho de Administração do HDES com o cargo de diretora clínica e com a atividade em duas clínicas privadas, António Lima considera não ser aceitável.

“Numa situação normal não seria razoável ter um presidente de um conselho de administração de um hospital que acumulasse várias funções, porque é uma função extremamente exigente”, mas numa situação em que “o hospital que está no processo mais complicado da sua história” é “muito imprudente ter uma presidente do conselho de administração em part-time”, afirmou o deputado.

O líder parlamentar do Bloco deixou ainda uma crítica à proposta de constituição de uma comissão de inquérito apresentada pelo PSD, que pretende deixar o Bloco de Esquerda de fora.

Deixar o Bloco de Esquerda fora da comissão de inquérito “é uma forma de condicionar o trabalho da comissão” e de “garantir que as conclusões serão mais ao agrado” do governo e do PSD.

4 de fevereiro de 2025
